



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE GUADALUPE

Câmara Municipal de Guadalupe
CNPJ: 23.518.236/0001-10
2ª Votação
SIM - Unanimidade
09 Votos favoráveis
- Votos Contra
Guadalupe-PI, 08 de Dezembro de 2017
Surama Santana de S. Martins
Presidente

EMENDA À LEI ORGÂNICA n°. 06 de 06 de dezembro de 2017

Altera dispositivos da Lei Orgânica Municipal, nos termos que especifica.


Os Vereadores subscritos propõem a seguinte alteração ao texto da Lei Orgânica do Município.

Art. 1º - Acrescenta-se ao artigo 119 da Lei Orgânica Municipal de Guadalupe - PI, o parágrafo 3º, que terá a seguinte redação:


Art. 119, parágrafo 3º: O Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Secretários Municipais farão jus ao recebimento de "Décimo Terceiro Salário" nos termos de Lei (Complementar ou ordinária) específica, devendo ser observado para este fim o subsídio fixado em Lei própria, prevista no artigo 119 desta Lei Orgânica Municipal."

Art. 2º - Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação

Plenário da Câmara Municipal de Guadalupe, Estado do Piauí, em 08 de dezembro de 2017


Odair Pereira Holanda
Vereador
CPF: 006.787.043-09


Francineth Lima da Costa
Vereadora
CPF: 504.298.763-00


Luciana Oliveira Martins
1ª Vice-Presidente
CPF: 736.828.373-53

Câmara Municipal de Guadalupe
CNPJ: 23.518.236/0001-10
2ª Votação
SIM - Unanimidade
09 Votos favoráveis
- Votos Contra
- Abstenção
Guadalupe-PI, 08 de Dezembro de 2017

Surama Santana de S. Martins

Presidente

C.N.P.J.: 23.518.236/0001-10 – www.guadalupe.pi.leg.br
Rua: Antonio Gonçalves Mousinho, n.º 07, Quadra: H, Centro
Fone/Fax: (89) 3552-1264 E-mail: camaramunicipalguadalupe@gmail.com
CEP: 64840-000 Guadalupe - Piauí



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE GUADALUPE

=====

Justificativa:

O pagamento de 13º salário a agentes políticos não fere o mencionado artigo 39, parágrafo 4º, da CF. o regime de subsídio é incompatível com outras parcelas remuneratórias de natureza mensal, o que não seria o caso do 13º, pagos a todos os trabalhadores e servidores, com periodicidade anual. Assim, o pagamento de 13º salário aos agentes políticos, em especial prefeitos, vice-prefeitos, secretários e vereadores, não feriria o parágrafo 4º do artigo 39 da CF, tendo em vista que estas vantagens são direitos de todos os trabalhadores, inclusive dos agentes políticos. Este foi um entendimento por maioria Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário 650.898/RS.